



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIOLÂNDIA**

**CNPJ 45.162.864/0001-48**

**LEI Nº 2267, DE 28 DE JUNHO DE 2013.**

**“INSTITUI O SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO DE RIOLÂNDIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

**SAVIO NOGUEIRA FRANCO NETO**, Prefeito Municipal de Riolândia-SP, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Riolândia – APROVA e Ele SANCIONA e PROMULGA a seguinte Lei:

**Art. 1º** - O Sistema de Controle Interno do Poder Executivo de Riolândia-SP fica instituído, organizado e terá atuação conforme dispõe esta Lei, com abrangência na administração direta, nos termos do que dispõe o art. 31 da Constituição Federal.

**Art. 2º** - As atividades de planejamento e orçamento, de administração financeira, de contabilidade e de controle interno do Poder Executivo Municipal serão organizadas em sistemas Integrados.

**Art. 3º** - O Sistema de Controle Interno do Poder Executivo visa à avaliação da ação governamental e da gestão fiscal dos administradores públicos municipais, por intermédio da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, quanto à legalidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, e, em especial, tem as seguintes atribuições:

I- avaliar, no mínimo por exercício financeiro, o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos do Município;

II- viabilizar o atingimento das metas fiscais, físicas e de resultados dos programas de governo, quanto à eficácia, a eficiência e a efetividade da gestão nos órgãos e nas entidades da Administração Pública Municipal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado, estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias;

III- comprovar a legitimidade dos atos de gestão;

IV- exercer o controle das operações de créditos, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Município;

V- apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional;

VI- realizar o controle dos limites e das condições para a inscrição de despesas em restos a pagar;

VII- supervisionar as medidas adotadas pelo Município para o retorno da despesa total com pessoal ao respectivo limite, caso necessário, nos termos dos artigos 22 e 23 da Lei Complementar nº 101/2000;

VIII- tomar as providências indicadas pelo Poder Executivo, conforme o disposto no art. 31 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, para recondução dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos respectivos limites;

IX- efetuar o controle da destinação de recursos obtidos como alienação de ativos, tendo em vista as restrições constitucionais e da LC.101/2000;

X- cientificar a (s) autoridade(s) responsável (eis) e órgãos competentes, quando constatadas ilegalidades ou irregularidades na Administração Municipal.

**Art. 4º**- Integram o Sistema de Controle Interno do Município, os órgãos e a estrutura administrativa e funcional vigente, e os agentes públicos da administração direta.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIOLÂNDIA

CNPJ 45.162.864/0001-48

**Art. 5º-** Fica criada, na estrutura administrativa do Município de que trata esta Lei, vinculada ao Gabinete do Prefeito, a Coordenadoria do Sistema de Controle Interno, com o objetivo de promover a integração e homogeneizar entendimento dos respectivos órgãos, unidades e setores administrativos.

**Art. 6º** - A coordenação das atividades do sistema de controle interno será exercida pela Coordenadoria do Sistema de Controle Interno, como órgão central, com o auxílio dos serviços setoriais de controle interno.

**§ 1º-** Os serviços setoriais da Coordenadoria do Sistema de Controle Interno são serviços de controle, sujeitos à orientação normativa e a supervisão técnica do órgão central do sistema, sem prejuízo da subordinação aos órgãos em cujas estruturas administrativas estiverem integradas.

**§ 2º-** Para o desempenho de suas atribuições constitucionais e as previstas nesta Lei, o Coordenador do Sistema de Controle Interno poderá emitir instruções normativas e técnicas, de observância obrigatória no Município, com a finalidade de estabelecer a padronização sobre a forma de controle interno e esclarecer dúvidas sobre procedimentos de controle interno.

**Art. 7º-** A Função de Coordenador do Controle Interno será exercida exclusivamente por servidor efetivo do quadro de pessoal, devendo possuir obrigatoriamente, curso técnico ou nível superior nas áreas das Ciências Contábeis, Economia, Jurídicas e Sociais ou Administração, e deter experiência e conhecimento na área pública.

**Art. 8º-** Constituem-se em garantias do ocupante da função de Coordenador do Sistema de Controle Interno e dos servidores, que integrarem a Unidade.

- a) independência profissional par o desempenho das atividades na administração direta;
- b) o acesso a documentos e banco de dados indispensáveis ao exercício das funções de controle interno;
- c) a impossibilidade de destituição da função no último ano do mandato do chefe do Poder Executivo.

**§ 1º-** o agente público que, por ação ou omissão, causar embaraço, constrangimento ou obstáculo à atuação da Coordenadoria do Sistema de Controle Interno no desempenho de suas funções institucionais, ficará sujeito à pena de responsabilidade administrativa, civil e penal.

**§ 2º** - Quando a documentação ou informação prevista no inciso b, deste artigo envolver assuntos de caráter sigiloso deverá ser dispensado tratamento especial de acordo com o estabelecido em ordem de serviço pelo Chefe do Poder Executivo.

**§ 3º** - O servidor deverá guardar sigilo sobre dados e informações pertinentes aos assuntos a que tiver acesso em decorrência do exercício de suas funções, utilizando-os, exclusivamente, para a elaboração de pareceres e relatórios destinados à autoridade competente, sob pena de responsabilidade administrativa, civil e penal .





**Art. 9º-** Para o cumprimento das suas atribuições, a Coordenadoria de Controle Interno:

I- determinará, quando necessário, a realização de inspeção ou auditoria sobre a gestão dos recursos públicos municipais sob a responsabilidade de órgão e entidades públicas e privadas;

II- disporá sobre a necessidade da instauração de serviços setoriais de controle interno, mediante a designação dos servidores já investidos nos cargos e funções dentro de suas respectivas áreas de atuação, e demais responsáveis pelas unidades administrativas;

III- emitirá, se for o caso, parecer sobre as contas prestadas ou tomadas por órgãos e entidades relativos a recursos públicos repassados pelo Município;

IV- verificará as prestações de contas dos recursos públicos recebidos pelo Município;

V- opinará em prestações ou tomada de contas, exigidas por força de legislação;

VI- deverá criar condições para o exercício do controle social sobre os programas contemplados com recursos oriundos do orçamento do município;

VII- responsabilizar-se á pela disseminação de informações técnicas e legislação aos subsistemas responsáveis pela elaboração dos serviços;

VIII - verificará o cumprimento de todos os índices exigidos pela Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, como, gastos com a educação, pessoal saúde e outros;

IX- realização de treinamentos aos servidores de departamentos e seccionais integrantes do Sistema de Controle Interno.

**Parágrafo único** - O Relatório de Gestão Fiscal, do Chefe do Poder Executivo, e o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, ambos previstos, respectivamente, nos artigos 52 e 54 da LC.101/2000, além do Contabilista e do Responsável pela administração financeira, será assinado pelo Coordenador do Sistema de Controle Interno.

**Art. 10** - Fica instituída no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, a função gratificada abaixo especificada e respectiva remuneração, com base da escala de vencimentos salariais vigente:

Descrição da Função Gratificada	Referência Salarial
Coordenador de Controle Interno	R-/19

§ 1º- Incidirá sobre a função gratificada os adicionais de tempo de serviço e demais vantagens previstos no Estatuto do Servidor Público Municipal e normas complementares.

§ 2º- Fica vedada a acumulação da função gratificada de Coordenador de Controle Interno com outras gratificações previstas na legislação municipal vigente.

§ 3º- O Coordenador de Controle Interno desempenhará as suas funções em Regime de Tempo Integral.

**Art. 11** - A Coordenadoria científicará o Chefe do Poder Executivo, mensalmente, sobre o resultado das suas atividades e daquelas emitidas pelos responsáveis, nos níveis setoriais.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIOLÂNDIA

CNPJ 45.162.864/0001-48

§ 1º - Constatada irregularidade ou ilegalidade pela Coordenadoria do Sistema de Controle Interno, esta cientificará a autoridade responsável para a tomada de providências, devendo, sempre, proporcionar a oportunidade de esclarecimentos sobre os fatos levantados.

§ 2º - Não havendo regularização ou não sendo suficientes os esclarecimentos aludidos no parágrafo anterior, o fato será comunicado ao Prefeito Municipal.

§ 3º - Em caso de não tomada de providências pelo Prefeito Municipal para a regularização da situação apontada, a Coordenadoria de Controle Interno comunicará o fato ao Tribunal de Contas do Estado, sob pena de responsabilidade solidária.

**Art. 12** – Nos ternos da legislação, poderão ser contratados especialistas para atender à exigências de trabalho técnico que, para esse fim serão estabelecidos em regulamento.

**Art. 13** – As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias consignadas no Orçamento Municipal.


**Art. 14** – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 15** – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Riolândia, 28 de junho de 2013.

**SÁVIO NOGUEIRA FRANCO NETO**  
Prefeito Municipal

Publicada e registra na Secretaria desta Prefeitura na data supra.

  
**Paulo Cesar Hayasaki**  
Chefe do Setor de Expediente





# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIOLÂNDIA

CNPJ 45.162.864/0001-48

**DECRETO Nº 2202, DE 01 DE JULHO DE 2013**

**“Regulamenta a aplicação da Lei Municipal nº 2.267, de 28 de junho de 2013, que dispõe sobre o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo de Riolândia e dá outras providências”.**

**SÁVIO NOGUEIRA FRANCO NETO**, Prefeito Municipal de Riolândia, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e objetivando a implantação e a operacionalização do Sistema de Controle Interno no âmbito do Poder Executivo de Riolândia;

## **DECRETA:**

**Art. 1º** - O funcionamento do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo do Município de Riolândia, abrange a Administração Direta, sua estrutura administrativa e funcional vigente, sujeita-se ao disposto na Lei Municipal nº 2.267, de 28 de junho de 2013, à Constituição Federal, à Constituição Estadual, à Lei Orgânica Municipal, legislação e normas regulamentares aplicáveis no Município, ao conjunto de instruções normativas e os procedimentos de controle que vierem a ser adotados, e ainda, às regras constantes deste Decreto.

**Art. 2º** - São agentes do Sistema de Controle Interno:

I - O órgão central, que compreende a Coordenadoria do Sistema de Controle Interno e que responde pelo gerenciamento das atividades afetas ao Sistema de Controle Interno;

II – Os órgãos ou serviços setoriais, que compreende as unidades integrantes da estrutura administrativa e organizacional do Município;

III – Os representantes setoriais, que compreendem o titular do órgão setorial ou servidor por ele indicado.

**Parágrafo único** - Os órgãos ou serviços setoriais e seus representantes, se sujeitam às orientações e instruções normativas do Órgão Central, quanto à sua operacionalização.

**Art. 3º** - Com base na estrutura administrativa, organizacional e funcional vigente, ficam definidos os Sistemas Administrativos de Controle, que atuarão sob a forma de Agente de Controles Internos da Administração, na forma do que dispõe o Anexo I deste Decreto.

**Art. 4º** - Os órgãos ou serviços setoriais e seus representantes deverão adotar formalmente as rotinas de trabalho e procedimentos de controle a serem observados no âmbito de cada sistema administrativo.

**Art. 5º** - Na definição dos procedimentos de controle, deverão ser priorizados os controles preventivos, destinados a evitar a ocorrência de erros, desperdícios, irregularidades ou ilegalidades, sem prejuízo de controles corretivos, exercidos após a ação.

**Art. 6º** - Os órgãos ou serviços setoriais especificados no art. 3º deverão manter permanentemente atualizados junto à Coordenadoria do Sistema de Controle Interno, o nome, cargo ou função, telefone, ramal e e-mail, comunicando de imediato as eventuais substituições.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIOLÂNDIA

CNPJ 45.162.864/0001-48

**Art. 7º** - O representante setorial tem como principal missão dar suporte ao funcionamento do Sistema de Controle Interno em seu âmbito de atuação operacional, servindo de elo entre os órgãos central e setorial, tendo como principais atribuições:

I – prestar apoio na identificação dos “pontos de controle” inerentes ao sistema administrativo ao qual a sua unidade de serviço está diretamente envolvida, assim como, no estabelecimento dos respectivos procedimentos de controle;

II – coordenar o processo de desenvolvimento, implementação, ou atualização das instruções normativas editadas, às quais a unidade em que está vinculado atue ou como unidade executora de tais rotinas;

III – exercer o acompanhamento sobre a efetiva observância das instruções normativas a que a sua unidade está sujeita e propor o seu constante aprimoramento;

IV – encaminhar à Coordenadoria do Sistema de Controle Interno, na forma documental, as situações de irregularidades ou ilegalidades que vierem a seu conhecimento mediante denúncias ou outros meios, juntamente com indícios de provas;

V – prover o atendimento às solicitações de documentos, informações e de providências encaminhadas pelo Órgão Central, inclusive quanto à obtenção e encaminhamento das respostas do órgão setorial sobre as constatações e recomendações apresentadas pela Coordenadoria, nos relatórios de auditoria interna;

VI – reportar ao titular do órgão setorial e sua chefia superior, com cópia para o Órgão Central, as situações de ausência de providências para a apuração e/ou regularização de desconformidades.

**Art. 8º** - As atividades da Coordenadoria do Sistema de Controle Interno de que trata o art. 3º da Lei Municipal nº 2.267, de 27 de junho de 2013, terão como enfoque principal a avaliação da eficiência e eficácia dos procedimentos de controle adotados nos diversos sistemas administrativos, pelos seus órgãos central e setoriais, cujos resultados serão consignados em relatório contendo recomendações para o aprimoramento de tais controles.

**§ 1º** - A Coordenadoria do Sistema de Controle Interno Órgão Central poderá elaborar e adotar manuais especificando os procedimentos e metodologia de trabalho a ser observada por cada Unidade, sendo submetido à aprovação do Prefeito Municipal.

**§ 2º** - Para a realização de trabalhos de auditoria interna em áreas, programas ou situações específicas, cuja complexidade ou especialização assim justifiquem, a Coordenadoria do Sistema de Controle Interno poderá requerer ao Prefeito Municipal a colaboração técnica de servidores públicos ou a contratação especializada de terceiros.

**§ 3º** - O encaminhamento dos relatórios de auditoria aos órgãos setoriais do Sistema de Controle Interno será efetuado por intermédio do Prefeito Municipal, após a sua ciência, ao qual, em prazo apropriado, também deverão ser informadas, pelas respectivas unidades, as providências adotadas em relação às constatações e recomendações apresentadas pela Coordenadoria do Sistema de Controle Interno.

**Art. 9º** - Qualquer servidor municipal é parte legítima para denunciar a existência de irregularidades ou ilegalidades, podendo fazê-las diretamente à Coordenadoria do Sistema de Controle Interno ou através dos representantes dos órgãos setoriais do Sistema de Controle Interno, sempre por escrito e com clara identificação do denunciante, da situação constatada e da(s) pessoa(s) ou unidades envolvidas, anexando ainda, indícios de comprovação dos fatos denunciados.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIOLÂNDIA

CNPJ 45.162.864/0001-48

**Parágrafo Único** – É de responsabilidade da Coordenadoria do Sistema de Controle Interno acatar ou não a denúncia, ficando a seu critério efetuar averiguações para confirmar a existência da situação apontada pelo denunciante.

**Art. 10** – Para o bom desempenho de suas funções, caberá à Coordenadoria do Sistema de Controle Interno solicitar a quem de direito, o fornecimento de informações ou esclarecimentos e/ou a adoção de providências.

**Art. 11** – Se em decorrência dos trabalhos de auditoria interna ou de outros trabalhos ou averiguações executadas pela Coordenadoria do Sistema de Controle Interno, ou ainda, em função de denúncias encaminhadas através dos representantes dos órgãos setoriais ou diretamente ao Órgão Central forem constatadas irregularidades ou ilegalidades, a esta caberá alertar formalmente o Prefeito Municipal para que adote as providências cabíveis.

**§ 1º** - Sempre que, em função de irregularidade ou ilegalidades, for constatada a existência de dano ao erário, caberá ao Órgão Central do Sistema de Controle Interno orientar o Prefeito Municipal no processo de instauração da tomada de contas especial, nos termos das orientações do Tribunal de Contas do Estado, o que deverá ocorrer também nas demais situações onde este procedimento for aplicável.

**§ 2º** - Fica vedada a participação de servidores lotados na Coordenadoria do Sistema de Controle Interno em comissões inerentes a processos administrativos ou sindicâncias destinadas a apurar irregularidades ou ilegalidades, assim como, em comissões processantes de tomadas de contas especiais.

**Art. 12** – A comunicação ao Tribunal de Contas do Estado sobre as irregularidades ou ilegalidades apuradas, para as quais a Administração não tomou providências cabíveis visando à apuração de responsabilidades e o ressarcimento de eventuais danos ou prejuízos ao erário, será posteriormente efetuada pelo próprio Órgão Central do Sistema de Controle Interno.

**Art. 13** – Caberá à Coordenadoria do Sistema de Controle Interno prestar os esclarecimentos e orientações a respeito da aplicação dos dispositivos da Lei Municipal nº 2.267, de 28 de junho de 2013 e deste Decreto.


**Art. 14** – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 15** - Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial, no seu inteiro teor, o que dispõe o Decreto nº 1.194, de 05 de maio de 2000.

Prefeitura Municipal de Riolândia, 01 de julho de 2013.

**SÁVIO NOGUEIRA FRANCO NETO**  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado na Secretaria desta Prefeitura na data supra.

  
**Paulo César Hayasaki**  
Chefe do Setor de Expediente



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIOLÂNDIA

CNPJ 45.162.864/0001-48

**DECRETO Nº2202, DE 01 DE JULHO DE 2013.**

## **ANEXO I**

<b>SISTEMA ADMINISTRATIVO DE CONTROLE INTERNO</b>	<b>ÓRGÃO CENTRAL / ÓRGÃOS ADMINISTRATIVOS / SERVIÇOS SETORIAIS</b>
<b>COORDENADORIA DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO</b>	<b>UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO</b>
Controle Interno e Gestão de Compras e Licitações	Setor de Compras, Licitações e Contratos
Controle Interno e Gestão de Planejamento e Orçamento	Setor de Contabilidade
Controle Interno e Gestão do Planejamento Urbano	Setor de Engenharia
Controle Interno e Gestão do Meio Ambiente	Setor do Meio Ambiente
Controle Interno e Gestão do Jurídico	Setor Jurídico
Controle Interno e Gestão de Tributos	Setor de Tributos
Controle Interno e Gestão Financeira	Setor de Tesouraria
Controle Interno e Gestão de Convênios e Outros Ajustes	Setor de Convênios
Controle Interno e Gestão da Contabilidade	Setor de Contabilidade
Controle Interno e Gestão de Custos	Setor de Contabilidade
Controle Interno e Gestão de Recursos Humanos	Setor de Pessoal
Controle Interno e Gestão Patrimonial	Setor de Patrimônio
Controle Interno e Gestão de Tecnologia da Informação	Setor de Processamento de Dados
Controle Interno e Gestão de Serviços Urbanos e Rurais	Setor de Serviços Urbanos e Rurais
Controle Interno e Gestão de Projetos e Obras Públicas	Setor de Engenharia
Controle Interno e Gestão da Educação	Setor de Educação
Controle Interno e Gestão da Saúde Pública	Setor de Saúde
Controle Interno e Gestão dos Serviços de Turismo	Setor de Turismo
Controle Interno e Gestão dos Esportes, Lazer e Recreação	Setor de Esportes, lazer e Recreação
Controle interno e Gestão da Cultura	Setor de Cultura
Controle Interno e Gestão da Assistência Social	Setor de Assistência Social
Controle Interno e Gestão da Frota	Setor de Controle da Frota e Equipamentos
Controle Interno e Gestão Administrativa	Setor Administrativo
Controle Interno e Gestão do Almoxarifado	Setor de Almoxarifado